



Estado de Sergipe
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

Justificativa
Dispensa de Licitação n.º 02/2024

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e nações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da ICF/1988:

(...)

“ XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações Serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal n.º 14.133 de 01 de abril de 2021, mais conhecida como Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade e todos os princípios elencados no Art. 5º da Lei 14.133/2021. Licitar é regra.



Estado de Sergipe
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DA FOLHA

No caso em questão se verifica a análise do inciso II art. 75 da Lei 14.133/2021. Inobstante o fato de a presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no art. 75, II da Lei 14.133/2021, o que justifica a contratação direta, vale tecer alguns comentários a despeito de eventual fragmentação de despesa, o que ensejaria afronta a Lei de Licitações.

DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE:

Em análise aos presentes autos, observamos os preços apresentados pelas empresas, estão compatíveis com os praticados no mercado.

A prestação de serviços disponibilizados pela empresa supracitada é compatível e não apresenta diferença que venha influenciar na escolha, ficando está vinculada a verificação da habilitação e de critérios do menor preço.

Considerando que, foi realizado a publicação do Aviso de Dispensa de Licitação no Diário Oficial do município, como também no Portal de Transparência da Câmara, ressaltando que foi disponibilizado o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação de novas proposta de preços, por parte de empresas interessadas para a prestação de serviços. Discorrido o prazo previsto no Aviso de Dispensa de Licitação n.º 02/2024, não foi apresentada nenhuma nova proposta, dessa forma, sendo a Empresa **AF BRITO MOREIRA LTDA – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º **119.522.415/0001-53**, a proposta de menor valor de R\$ 16.060,00 (dezesesseis mil e sessenta reais) mensal, contratada para a prestação dos serviços.

Assim, consoante às razões acima expostas, fundamentada na Lei n.º 14.133/2021, justifica-se a contratação.

Porto da Folha/SE, em 25 de abril de 2024.


MARCOS AUGUSTO XAVIER DE MELO
Agente de Contratação


JOSÉ PEREIRA LIMA FILHO
Membro da Equipe de Apoio


JOSÉ VALTER SANTOS CUSTODIO
Membro da Equipe de Apoio